

ATA N.º 2/2022
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM
29 DE ABRIL DE 2022

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e quinze, no Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, de vinte de abril do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do exercício de 2021;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da proposta de 1.ª alteração modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento do exercício de 2022;
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação da proposta de desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal, sito no Loteamento do Torrão;
- Ponto 5 -** Análise, discussão e votação do pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais – comparticipação financeira à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira;
- Ponto 6 -** Análise, discussão e votação do Projeto de Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade e Adoção;
- Ponto 7 -** Eleição de um representante de uma IPSS do concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação;
- Ponto 8 -** Análise, discussão e votação da Proposta de participação na Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

O Senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão cumprimentando o Executivo, na pessoa do seu Presidente, os Senhores Membros da Assembleia e os funcionários que participam na sessão.

De seguida, passou a palavra ao Senhor Tiago Silva para que este procedesse à chamada. Concluída a chamada não se verificaram quaisquer ausências, pelo que existindo quórum o Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu com a sessão.

Antes do início dos trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia solicitou a anuência dos Membros da Assembleia para um minuto de silêncio pelas vítimas inocentes da guerra que assolou a Ucrânia.

Realizado o minuto de silêncio, foi colocado à consideração da Assembleia uma moção de solidariedade para com o Povo Ucrainiano e de censura pelo ataque de que está a ser vítima, nos seguintes termos:

"Tendo em consideração o ataque de que está a ser vítima o povo ucraniano, a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira manifesta a sua total solidariedade e consternação para com o Povo Ucrainiano e com o sofrimento que está a enfrentar em resultado da invasão do seu país perpetrado pelas forças da Federação Russa,

invasão esta desprovida de qualquer sentido, sem respeito pela dignidade humana, contra civis indefesos, em clara violação do direito internacional, e declara a sua total e firme disposição para com os valores da liberdade, da democracia, da justiça e da paz, bem como reitera a sua disponibilidade de cooperação institucional nas ações e programas de apoio em curso reconhecidos pelo Estado Português. Apela ainda à resolução do conflito pelas vias política e diplomática tendo em vista a retoma da paz e o regresso da população ucraniana ao seu país sem mais perdas de vidas humanas, condenando veementemente a invasão de que estão a ser alvo.

Esta moção irá ser enviada à Embaixada da Ucrânia em Portugal, à Associação de Ucranianos em Portugal, ao Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Ucrânia e à Embaixada da Federação da Rússia em Portugal e à Assembleia Geral das Nações Unidas."

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a moção a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia continuou dizendo: "Celebrou-se esta semana o 25 de Abril, Dia da Liberdade. Celebraram-se igualmente os valores de Abril, de Solidariedade, Fraternidade e Justiça, relembrando-se todos os que por estes valores lutaram durante décadas, e prestou-se homenagem aos nossos antigos combatentes com uma cerimónia de reconhecimento e de agradecimento pelo importante papel que desempenharam na mudança de um regime autoritário para um regime democrático. Expressou o seu agradecimento a todos quanto contribuíram para a realização das comemorações, desde os funcionários envolvidos até aos Senhores Presidentes de Junta que promoveram, divulgaram e organizaram a presença dos nossos ex-combatentes, brilhantemente acompanhada pela Banda de Nageselo do Douro, e a todos os que, com a sua presença, a dignificaram. Para quem entendeu não divulgar a sessão comemorativa e publicitar o respetivo Edital, como seria sua obrigação, vai naturalmente a minha justificada indignação e rejeição pela atitude demonstrada que em nada dignifica quem a praticou".

De seguida, solicitou aos representantes da autarquia eleitos para as várias Comissões e Conselhos Municipais para que informassem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos. Não havendo informações a prestar passou-se ao período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da ata n.º 1/2022, de 25 de fevereiro.

Nada havendo em contrário, colocou-se a referida ata à apreciação dos membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração/correção.

Não havendo intervenções sobre a ata, o Senhor Presidente colocou a mesma à votação da Assembleia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia deu conta da correspondência recebida, a qual ficará arquivada na correspondente pasta para quem a quiser consultar.

O Senhor Presidente da Assembleia informou ainda ter recebido três livros da Coleção Fundação Francisco Manuel dos Santos, abordando matérias sobre o Poder Local, os quais serão depositados na Biblioteca Municipal.

O Senhor Presidente abriu inscrições para o período de antes da ordem do dia.

Inscreeveu-se a Senhora Lourdes Marinho que disse:

"25 de abril sempre

Mais um ano de comemoração da nossa liberdade, carregado de dúvidas, indecisões, simbolismos e incertezas.

Tal como no dia 25 de abril, Portugal deixou de ser o mesmo.

Portugal é um membro de pleno direito e uma voz respeitada pela Comunidade Internacional. É a prova da consistência e vitalidade da nossa História Democrática. O balanço destes 48 anos é positivo. Mesmo assim nem todos estão satisfeitos, porque todas as democracias são utópicas e imperfeitas, no entanto todos se aproveitam delas, mas as ditaduras são despóticas, horríveis e, por obrigação, respeitadas.

Mas o mundo já não é o mesmo e outros desafios se colocam:

- Sustentabilidade do Planeta;
- Alterações Climáticas;
- Economia mais saudável;
- Estabilidade;
- Sentido de solidariedade
- Segurança tão ameaçada em pleno séc. XXI

Lembramos então:

1.º Perfazem-se 17532 dias de Democracia, mais um dia do tempo em que Portugal viveu em Ditadura;

2.º 30 anos sobre a morte de Salgueiro Maia herói incontornável do Movimento de abril, dele fica a memória de um defensor da liberdade e de um lutador por uma Sociedade mais justa. O Homem que, na hora da vitória respeitou o vencido, cumprindo o seu dever respeitosamente;

3.º Os projetos de crescimento, com as exportações a aumentar o investimento público a arrancar, foram arrasados com a crise pandémica Covis 19. Portugal respondeu a uma crise excecional. Há momentos em que é preciso responder com determinação, perante desafios extraordinários;

4.º O Governo acaba por depender dos acordos celebrados à esquerda e caiu, quando a esquerda deixou de estar de "acordo";

5.º Eleições legislativas antecipadas e as dúvidas e incertezas surgem perante a hipótese de que o partido poderia ganhar, sem maioria, e a interrogação formulada por todos. Como iria ser a constituição do novo Governo.

6.º Os casos judiciais de tubarões que, escandalosamente se prolongam, sem que justiça se faça.

7.º A invasão da Ucrânia pela Rússia e a solidariedade dos Portugueses é o maior testemunho de um Povo que aprendeu o que é ser democrata. Sentimo-nos solidários com brio genuíno e identificados com quem sofre.

Os ucranianos são um exemplo de coragem e resistência, sempre com um espírito comum de luta e preservação da vida, numa Pátria ameaçada. Firmes, acreditando na vitória, porque lutam pela sua Terra e pela sua independência.

8.º A Europa foi atingida e viu eclodir um conflito no seu seio e que não sabe qual possa vir a ser a sua escala. Não sabemos quando acabará a guerra, mas todos sabemos que, depois dela a Europa não voltará a ser a mesma.

A União Europeia foi formada para tentar impedir a repetição de desastres que, durante décadas flagelaram o seu espaço (Primeira e Segunda Guerras Mundiais).

9.º Esta guerra hipocritamente apregoada por Vladimir Putin de "operação militar especial" é uma afronta a todos os países democráticos. A autocracia está a sobrepor-se à democracia e assistimos ao risco de ver restaurado o poder russo, à sua influência global e à destruição da Europa, tal como a conhecemos no pós II Guerra Mundial.

10.º A União Europeia só manterá a sua relevância ao conseguir reafirmar-se como potência geoestratégica, menos dependente de terceiros e uma referência para todos. Esta guerra, junto das suas fronteiras exige que se reinvente para bem da sua autonomia e independência, na defesa, na segurança na dependência de energias e na sua economia.

A União Europeia a ONU o Tribunal Penal Internacional têm de saber transformar os instrumentos de guerra em instrumentos de paz, por tudo

isto, estão a necessitar de uma Revolução dos Cravos, sem guerra, mas com muita determinação.

11.º Celebrámos o nosso 25 de abril com um futuro pintado a cores cinzentas em que a razão não parece autorizar grandes otimismo.

A nossa democracia é sólida, mas com muito ainda por fazer. O regime político não é frágil, frágil é a luta pelos direitos humanos de todos. Fora da democracia e do diálogo, não há salvação.

12.º Devemos gratidão a quem nos libertou da ditadura e defender os valores que os militares reconquistaram. Lembro novamente Salgueiro Maia quando já no crepúsculo da sua existência afirmou "não se preocupem com o local onde sepultar o meu corpo. Preocupem-se é com aqueles que querem sepultar o que ajudei a construir."

Saibamos honrar o espírito de abril, porque a democracia é difícil de conquistar, mas rápida a perder. A democracia é uma tarefa para o futuro.

O Senhor Joaquim Carvalho interveio questionando o Senhor Presidente se há avanços em relação à Unidade de Cuidados Continuados e ao arranque das obras da Estrada Nacional 222-3.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a presença de todos no 25 de abril, nesse dia inscreveram-se cerca de 150 ex-combatentes e estiveram presentes 122. As comemorações correram bem, mais que lembrar abril, lembrar o esforço que os nossos ex-combatentes fizeram. A obra da Ferradosa já foi lançada com o financiamento da Proder de 85% ficará mais ou menos em setecentos mil euros. Iniciaremos este ano a 222-3 com um aumento muito substancial neste troço da Pesqueira até à Ferradosa inicialmente falou-se num milhão de euros e agora é um milhão e setecentos. Previa-se para a Zona Industrial seiscentos mil euros e vai ficar por volta dos oitocentos mil. Na obra das Bateiras, na Praça em Ervedosa e eventualmente em outras obras vai haver revisão de preços.

Estão em curso as atividades do Pesqueiranima com teatro em todas as freguesias do concelho, mais para a frente irá haver fado e cinema como fizeram há dois anos. No programa do Idoso Ativo são acompanhadas vinte famílias e em três delas já começaram a montagem do sistema. A Estratégica Municipal da Habitação já foi protocolada e está em fase de projeto. O camião do lixo já está a funcionar. Estão disponíveis para receber ucranianos, já receberam uma família, mas esta foi embora, está a acontecer muito no Interior os que vêm têm famílias nas cidades e optam por ir para lá. Estão em fase de preparação para uma série de eventos, o São João, a festa da Família, o evento do vinho na Praça da República e a Vindouro que este ano terá um particular destaque pois são os vinte anos da Vindouro. Este ano vão comemorar o Dia Internacional dos Museus a 18 de maio convidando todos a estarem presentes. Ao Senhor Joaquim Carvalho disse que em relação à UCC e à estrada os Ministros são os mesmos. Quanto à estrada 222-3 brevemente lançarão o concurso, sendo que já depois do novo Governo esteve reunido com o Ministro, há alguns alargamentos, há algumas requalificações, mas não vão de encontro às suas reivindicações. Desde a última Assembleia reuniu duas vezes com a IP, eles vêm cá para verem o projeto mais detalhadamente. Tem reunião agendada com a Senhora Ministra da Saúde no final do mês de maio.

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal/Apreciação do Relatório Semestral do Auditor Externo

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente do Executivo se pretende fazer um resumo dos pontos da ordem de trabalhos ou se irá fazer apenas uma introdução a cada ponto antes de dar a palavra aos membros da Assembleia.

De seguida abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o primeiro ponto da ordem do dia.

Foram inscritos a Senhora Lourdes Marinho e Joaquim Carvalho.

A Senhora Lourdes Marinho, em relação ao ponto um disse ser o reverter de um conjunto de tarefas de cada um dos gabinetes que torna o documento mais longo. Questionou em relação à alteração de algumas condutas de água, se a alteração comporta muito valor económico e até que ponto as Águas de Portugal não poderão dar uma contrapartida, já que o negócio é feito com eles. No desporto, em abril, nota-se um grande decréscimo de utentes em todas as modalidades. Na educação é de louvar a candidatura à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário através do PRR. A área de violência doméstica é muito deficitária no concelho, todos estão em alerta nomeadamente a CPCJ e outros organismos, mas o apoio à vítima de violência doméstica ainda não está a ser tratado convenientemente. Muitas vezes é porque as vítimas não se queixam, a violência doméstica é um crime público, qualquer pessoa que esteja em sua casa e ouvir barulho na do lado pode denunciar e fazer uma denúncia anónima. Por vezes as pessoas não ligam e cada vez há mais vítimas de violência doméstica no século XXI.

Quanto à situação financeira comparativamente a fevereiro a situação está muito agravada, o saldo de operações orçamentais aumentou em oitocentos e quarenta e oito mil quinhentos e dezasseis euros e quarenta e oito centimos, as dívidas a instituições financeiras também aumentaram em setecentos e vinte e nove mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e três centimos. Outras dívidas em fevereiro eram de zero e agora são de cento e oitenta mil oitocentos e cinquenta e seis euros e o total de dívidas a terceiros a 21/04 são de oitocentos e noventa e oito mil quatrocentos e cinco euros e quarenta e seis centimos, acha exagerados os valores de fevereiro até abril.

O Senhor Joaquim Carvalho parabenizou o Executivo pelo retomar das férias da Páscoa com o Fixolas para a ocupação dos tempos livres dos nossos jovens e pela organização da comemoração do dia da atividade física, trazer a atividade física para a rua normalmente feitas dentro de portas foi uma boa opção. Espera que estas atividades se realizem mais vezes. Há pessoas no concelho que pensam que o que se passa na piscina e ginásio municipal é uma brincadeira, mas por trás existe muito trabalho. Pediu, mais uma vez para o espaço do ginásio ser aumentado, os números falam por si, temos uma média de setecentos utentes por mês, é uma obra necessária e podia realizar-se ainda este ano. Relativamente à candidatura feita com o Grupo Desportivo da Pesqueira para o piso do ginásio, questionou se vai ser feita ainda em 2022.

De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente respondeu que o espaço do ginásio tem que ser aumentado, quanto à candidatura vai ser executada este ano, quase de certeza, a candidatura já está aprovada, estão em fase de orçamentos.

À Senhora Lourdes Marinho disse que desde a seca ficaram mais atentos à fuga de água, têm perdas de 53%, muitas perdas têm a ver com a conduta que é muito antiga, muita é substituída, outra é alterada, não estamos a falar em grande valor. Desde 2018 a situação financeira da Câmara passou a ser mais clara. O valor de "outras dívidas" que é de cento e oitenta mil euros é o valor que falta pagar às lps's dos protocolos celebrados com algumas. O montante é 34% do valor das obras e o Auditor Externo achou que devia ser considerado dívida, na verdade é um compromisso. Relativamente ao valor de um milhão quatrocentos e vinte e nove mil, foi o valor dos empréstimos que foram aprovados em Assembleia, um de oitocentos mil euros e outro de cerca de um milhão de euros, com este dinheiro podíamos pagar as dívidas aos

fornecedores, mas não queremos. Com a guerra vamos ter obras que nos vão custar muito mais do que prevíamos, com este dinheiro estamos acautelados e só tínhamos dois anos para recorrer a estes empréstimos.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para apreciação do Relatório Semestral do Auditor Externo de dezembro de 2021 sobre a Situação Económica e Financeira do Município.

A Senhora Lourdes Marinho disse que o Auditor foi corajoso pois foi contratado na reunião de dezembro e está a fazer um trabalho de 2022. Segundo o Auditor, as dívidas a fornecedores aumentaram em cinquenta e oito mil cento e oitenta e oito euros face a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. As transferências do Estado aumentaram novecentos e dezasseis mil novecentos e setenta e oito euros. Os custos com o pessoal também aumentaram quinhentos e quarenta e sete mil oitocentos e vinte e um euros comparativamente a 2020. Faltam pagar dois milhões trezentos e trinta mil trezentos e setenta e sete euros face ao orçamento aprovado, agravado pelas rubricas "Aquisição de bens de capital" e "Aquisição de bens e serviços despesas com pessoal", acha muito, os gastos com pessoal representam 39% e o endividamento da Câmara é realmente elevado, é o que constata o Revisor Oficial de Contas

O Senhor Presidente do Executivo respondeu que o resultado líquido do período foi de quinhentos e noventa e sete mil oitocentos e quarenta e três euros, isto significa que criámos valor para o Município relativamente a este ano, o que é muito positivo. Há três formas de apresentar as contas, uma ainda não está feita que é a lógica de gestão outra é a da contabilidade orçamental. Na contabilidade orçamental temos os documentos de prestação de contas com um parecer do Auditor a dizer que as contas estão bem, depois existe a contabilidade patrimonial. A orçamental é diferente da patrimonial. O peso do pessoal não é de 39% pois estamos a falar na patrimonial. No documento de prestação de contas na página 186 diz que "os gastos com o pessoal diminuíram de 29% para 28%" à frente tem o parecer do Auditor Externo que aprova as contas e propõe que as mesmas sejam aprovadas, isto é a lógica orçamental. Na lógica patrimonial em termos de receitas é o montante total relativamente às receitas. Na lógica patrimonial as receitas são de onze milhões de euros e não de quinze milhões de euros, o orçamento aprovado foi de quinze milhões e cerca de treze milhões executados, na orçamental são de onze milhões pois há receita que não entra na patrimonial, é dividida por anos. Deu o exemplo da obra das Bateiras, a obra vale um milhão de euros, nós recebemos do Estado e fundos comunitários 85%. Oitocentos e cinquenta mil euros entra na receita orçamental, mas na patrimonial se a vida útil desta obra for de 50 anos, estes oitocentos e cinquenta mil euros vão ser divididos por esses cinquenta anos. Por isto é que na lógica patrimonial temos receita de onze milhões de euros e o peso do pessoal em onze milhões de euros dá os 39%. Na página sete, relativamente aos financiamentos, houve uma diminuição, este ano, dos financiamentos obtidos.

A Senhora Lourdes Marinho interveio dizendo ser normal as pessoas puxarem a brasa à sua sardinha ela deu a sua opinião nos fatos relatados pelo Auditor Externo. O que disse foi que pese embora a dívida ter aumentado em cinquenta e oito mil, cento e oitenta e oito euros face a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, as transferências do Estado aumentaram novecentos e dezasseis mil novecentos e setenta e oito euros. O Senhor Presidente da Câmara leva a resposta para onde lhe convém, se houve um aumento de transferência também a gestão devia ser diferente. Relativamente aos 39% de despesas com o pessoal é o que está no documento e faz comparação com os concelhos como os nossos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não, o Auditor faz comparação com os 308 concelhos.

A Senhora Lourdes Marinho acha que o Auditor não iria comparar o concelho da Pesqueira com os concelhos todos a nível nacional, mas pode estar enganada. Não havendo mais inscrições deu por encerrado o primeiro ponto.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do exercício de 2021.

Passou-se, de seguida, à discussão do segundo ponto da ordem de trabalhos, tendo sido dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para que este pudesse fazer um resumo deste ponto.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o "relatório é um relatório que nos orgulha pelo quarto ano consecutivo, de manter vários níveis de rigor de exigência, transparência e eficácia garantindo o rigor das contas públicas e mesmo assim fazer investimento. Agradeceu à maioria do plenário que foram aprovando por esmagadora maioria as decisões, confiaram em nós o que significa que o caminho que vieram a traçar desde há quatro anos é o mais correto. Os resultados orçamentais são focados numa política para o desenvolvimento do concelho e o bem-estar das populações. O grau orçamental da receita foi de 86% aqui ligeiramente inferior ao ano de 2020, só não foi superior ao ano de 2020 porque houve muitos atrasos em algumas obras. De todo o modo, a esmagadora maioria dos resultados pretendidos foram alcançados, destacando-se a conclusão das obras do Centro Municipal de Proteção Civil, a requalificação exterior da "Casa dos Magistrados", a requalificação do edifício destinado a "Welcome Point", na Ferradosa, a 1.ª fase da Requalificação do Complexo Desportivo da Mata do Cabo, a instalação do relvado no novo campo de futebol de 11 e futuro Estádio Municipal de São João da Pesqueira, o início das empreitadas de requalificação do Lugar das Bateiras e da praça de Ervedosa do Douro. Para além destas, destacam-se todos os investimentos realizados nas freguesias do concelho e a resolução da situação da Promopesqueira, antecipando o pagamento de 300 mil euros, permitindo que o edifício da Escola Profissional voltasse para a titularidade do município.

Relativamente às Funções Gerais, a subfunção que obteve maior execução foi a "Administração Geral" com 564.375€, relativos principalmente a Obras diversas de reparação e manutenção no valor de 254.430 €, contratos de manutenção dos serviços informáticos no valor de 124.499€, aquisição de equipamento de informática no montante de 53.084 €, Aquisição de maquinaria e equipamento diverso para o Armazém no valor de 68.858 € e aquisição de mobiliário e equipamento diverso com 24.347 €. No caso da "Proteção Civil e Luta Contra Incêndios" será de realçar a atribuição de subsídios às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho no montante de 176.558 € referentes a apoios para despesas correntes, despesas de investimento e financiamento das EIP'S.

Na Educação, onde se inclui "Ensino Não Superior" e "Serviços Auxiliares de Ensino", com um total de execução de 843.338 €, onde se destaca a Aquisição do Imóvel da Escola Profissional (307.500 €), o Programa de Serviços de Refeições e Prolongamento de Horário (164.623 €), os Transportes Escolares (164.623 €), o Programa de Combate ao Insucesso Escolar (61.185 €), as AEC'S (42.000 €), a atribuição de bolsas de estudo (31.931€), a Oferta de livros e de material escolar (32.190 €), o protocolo para Capacitação da Escola Profissional (30.000 €) e as refeições do Agrupamento de Escolas no âmbito do processo de descentralização (15.378 €).

No Desporto Recreio e Lazer, com uma execução de 499.261 €, sendo de destacar a empreitada relativa ao Estádio Municipal (371.559 €), a empreitada de requalificação do Complexo Desportivo da Mata do Cabo no âmbito da candidatura (51.381 €), a beneficiação de infraestruturas e instalações desportivas e recreativas (37.956 €) e a atribuição de subsídios a Associações desportivas e recreativas (30.121 €);

"Abastecimento de Água" com uma execução de 478.460 €, sendo que deste valor, 467.891 € referem-se ao pagamento da aquisição de água em "alta" à empresa Águas do Norte, S.A.; "Saneamento" com 275.875 € de execução, sendo a maioria referente à recolha e tratamento de efluentes (237.385 €), à recolha e tratamento de lamas (20.405 €) e à ampliação e reparação da rede de esgotos (14.949 €); "Resíduos Sólidos" registando uma execução de 235.145 €, com realce para o pagamento do serviço de Recolha seletiva, valorização e tratamento de RSU'S pela Resinorte (149.568 €), da Limpeza Urbana da Vila de S. João da Pesqueira (62.627 €) e da Campanha de Sensibilização para a utilização das Eco-Ilhas (14.822€); "Cultura" com 199.220€, destacando-se, em 2021, fruto da pandemia, a impossibilidade da realização de praticamente todos os eventos programados. Ainda assim, será de realçar a realização de diversas atividades culturais e recreativas (60.883 €), a execução da candidatura Lua D'Ouro (46.494 €), a atribuição de subsídios a Associações Culturais e Recreativas (32.119 €) e a Iluminação de Natal (23.985 €); "Ordenamento do Território" com 174.998 € de execução, destacando-se a empreitada de Reabilitação do Edifício da Casa dos Magistrados e Zona Envolvente (91.863 €), a requalificação de Espaços Públicos (51.961 €) e outras obras de conservação e reparação diversas (16.738 €); Na "Ação Social" executou-se um total de 140.619 € de despesa, com destaque para os subsídios a IPSS'S no valor de 114.877 € e para o programa Ação Social Direta com uma execução de 11.805 €; Na "Habitação" com uma execução total de 52.147 €, o destaque vai para a o Apoio à beneficiação de habitações de famílias carenciadas com a totalidade da execução desta subfunção a ser canalizada para este programa; "Outras Atividades Cívicas e Religiosas" registam uma execução de 52.071 € que consistiram na atribuição de subsídios diversos às associações fabriqueiras para obras de restauro em igrejas e capelas e de construção de capelas mortuárias: Turismo" com 696.573 €, realçando-se o projeto para requalificação das Bateiras (452.807 €), a requalificação de imóvel na Ferradosa (113.679 €), a Requalificação de Miradouros (68.879 €) e a participação em Feiras Temáticas (52.103 €); "Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca" (559.246 €), com destaque para a pavimentação e reabilitação de caminhos agrícolas e rurais (522.594 €); "Outras Funções Económicas" (523.640 €), onde se destaca a compensação para a Carreira Pública (336.566 €) e o projeto "Pesqueira Empreende" (29.370 €); "Transportes Rodoviários" (408.368 €), com realce para a pavimentação de arruamentos em diversas freguesias (351.448 €); "Industria e Energia" (33.413€), sendo de acentuar os investimentos de comparticipação na ampliação da rede de iluminação pública por parte de privados (16.368 €) e na melhoria da eficiência na Iluminação Pública (13.340 €). Transferências entre Administrações", observando uma execução total de 889.599 €, sendo que 850.617 € são relativos a transferências para as freguesias.

Na página 42 faz-se um resumo do mapa de pessoal, os contratos a tempo indeterminado de 170 funcionários contando com o pessoal da descentralização, da educação que são 42 e do centro de saúde que são 5. No global são 184. No mapa da página 104 com receita corrente financiámos ou fizemos receita de capital, tivemos mais receita corrente do que de capital, mesmo assim foram buscar dinheiro para investir em receita de capital. Na página 72 está lá uma tabela e podemos dizer que o ano de 2021 foi o ano que houve maior volume de investimentos. O investimento realizado em 2021 foi de três milhões duzentos e cinquenta e seis euros, superior em setecentos e seis mil em relação a 2020, esta execução foi a melhor em 11 anos quicá a melhor de todos os tempos. Ainda assim, mesmo com a aprovação dos empréstimos, a dívida total aumentou apenas 169.944€, estando, em 31/12/2021, nos 7.010.208 euros, cerca de 1 milhão de euros inferior à registada em 2017, quando iniciámos o nosso primeiro mandato. Em relação aos gastos e rendimentos (lógica patrimonial), poderá verificar-se que no exercício de 2021, relativamente a 2020, houve necessariamente

um aumento do total de gastos no montante de 1.230.006 euros, até porque houve também um aumento do total de rendimentos em 1.252.740 euros.

Os gastos com pessoal, aumentaram 547.82 euros em relação a 2020, motivado pelos seguintes fatores: regularização dos precários (os últimos precários (28 trabalhadores) foram regularizados em novembro de 2020 – significando que o efeito financeiro de aumento da despesa só se refletiu 2 meses em 2020 e 12 meses em 2021); descentralização de competências no domínio da saúde; progressões obrigatórias dos trabalhadores no âmbito da avaliação de desempenho e aumento do salário mínimo. A diferença entre as saídas e entradas de trabalhadores no quadro de pessoal, em 2021, foi de apenas 1 trabalhador, sendo que a outra entrada se refere a uma nomeação política. Verificou-se uma redução da arrecadação de receita fiscal em 2021, que acreditamos ser uma consequência da pandemia, em especial do IMT. Apesar disso, foi possível, ainda assim, ter um Resultado Líquido positivo (597.843 euros) ligeiramente superior ao verificado em 2020 (576.789 euros).

Para 2022, em consequência da guerra na Ucrânia, que tem provocado um aumento considerável dos preços da energia e das matérias-primas, esperam-se enormes desafios no âmbito da gestão orçamental e financeira do município, bem como do possível atraso na execução das empreitadas em face da inexistência de propostas devido à instabilidade no setor da construção civil.

De todo o modo, tal como na pandemia causada pela COVID-19, atuaremos em conformidade para mitigar esses efeitos, lembrando que o município dispõe de um conjunto de instrumentos de apoio às famílias e instituições que não tem paralelo em nenhum outro município da região.

O município dispõe de uma elevada capacidade de endividamento de seis milhões e setecentos mil euros, só podemos utilizar anualmente 20% desse valor um milhão e quatrocentos mil, obviamente que não o queremos fazer mas temos essa margem fruto do esforço que temos feito até aqui. Em termos de investimentos e atividades para 2022, espera retomar-se a realização dos habituais eventos, como a Festa dos Saberes e dos Sabores, o S. João, a Sra. do Monte, a Vindouro. No que se refere aos investimentos, espera concluir-se os investimentos em curso e dar início à expansão da zona industrial, requalificação da EN 222-3, requalificação da zona ribeirinha da Ferradosa, criação do Espaço do Cidadão, requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo, colocação de bancadas no Campo de futebol de 11 e realização de diversas obras de manutenção e requalificação de caminhos rurais, muros e outros arranjos nas diversas freguesias do concelho. Por fim, estamos atentos ao PRR e ao novo quadro comunitário de apoio 2030 e a preparar o município para responder aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas, com vista à promoção da prosperidade e bem-estar geral, proteção do meio ambiente e mitigação das mudanças climáticas.

Termino, deixando uma nota de solidariedade ao povo ucraniano e alertando para a urgência em se encontrar uma solução que ponha termo ao conflito, cujos efeitos económicos e sociais serão tremendos, reiterando que o município estará atento e responderá, dentro das suas atribuições, às necessidades da nossa comunidade com elevada determinação e prontidão, como sempre o fez nos últimos 4 anos".

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o segundo ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito o Senhor Joaquim Carvalho e a Senhora Lourdes Marinho.

O Senhor Joaquim Carvalho disse que perante a exposição do Senhor Presidente não há muito a dizer, deu os parabéns pelo rigor e equilíbrio financeiro deste relatório apesar de todos os constrangimentos que teve em 2021, Covid-19 e a dissolução da Assembleia da República. Mesmo assim houve investimentos em 2021 e dos últimos quatro anos foi o ano com mais investimentos, a dívida existe, mas está muito abaixo

do limite de endividamento. Ao que parece a pandemia está controlada, mas esta guerra injustificável está a agravar a nossa situação. Espera que os investimentos continuem em 2022, mas mantendo o equilíbrio financeiro.

A Senhor Lourdes Marinho disse que no quadro 8 da pág. 64 depreende-se que com os encargos assumidos e os encargos pagos há uma despesa não paga de dois milhões, cento e oitenta e nove mil e trezentos e um euros, quem está na gerência tem que fazer as manobras que melhor lhe convém, não podemos esquecer que houve transferências de capital precisamente para as obras que estão nos planos já contratualizados e subsídios do Estado. Não há muito mais a dizer, nas provisões corrigidas há números que não batem muito certo, mas também não é por aí, o quadro das dívidas tem que se assumir em relação a 2020 aumentou um milhão e trezentos e quatro mil trezentos e catorze euros. Gostava de saber a que se deve esse aumento. Na pág. 172, pediu um esclarecimento sobre a Resinorte, pois ainda não percebeu o porquê dessas dívidas. Por fim na página 232 achou os passivos contingentes ainda bastantes, mas claro vêm a par com os tribunais e os processos. Ficou satisfeita por saber que o edifício da Escola Profissional já é Património da Câmara Municipal.

De seguida deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente do Executivo respondeu que o anterior Executivo gerou dívida, passou o Património da Esprodeiro para outra entidade, agora tiveram que fazer um esforço enorme para reaver o Património e resolver o problema da dívida. Todos os Municípios que fazem parte da Resinorte acarretam com as consequências sejam positivas ou negativas, e isso reflete-se nas nossas contas. A solução era deixarmos de ser associados da Resinorte, mas já o somos há muito tempo e não tem um impacto muito grande nas nossas contas. Quando diz que há contas que não batem certo não sabe o porquê pois o Auditor Externo viu as contas e estavam corretas. Todas as obras que vão avançar, a Ferradosa, a Praça de Ervedosa e a das Bateiras inicialmente não tinham financiamento a 85% tinham financiamento de 50%, 55% mas fruto do nosso esforço conseguimos reforçar essas verbas todas e estão todas a ser financiadas a 85%. Tivemos dinheiro tudo bem, mas também tivemos trabalho para ter dinheiro. Na pág. 186 do relatório diz que o pessoal desceu de 29% para 28%. A execução orçamental de 86% foi muito boa, mas para quem acha que não foi boa, esta execução foi onde houve mais investimento e despesa de capital de sempre que o concelho alguma vez teve. Pelo menos hoje reconheçam que o Executivo trabalhou muito bem.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação da Assembleia o segundo ponto, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos membros da Assembleia Lourdes Marinho, Cláudia Martins, Frederico Selores, Ricardina Aguiar, João Almeida e António Bastos.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da proposta de 1.ª alteração modificativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento do exercício de 2022.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o ponto se refere à integração do saldo de gerência no orçamento de 2022 e o valor é de cerca de oitenta e sete mil euros. O Executivo faz a proposta que o dinheiro reforce a rubrica de "outros bens" que diz respeito ao reforço de material do armazém e de todas as obras externas. Obviamente que pode haver alterações orçamentais, mas para já é nesta rubrica que é preciso o dinheiro.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o terceiro ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito a Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho disse: "entendo ser muito cedo para haver já uma alteração ao Orçamento, mas vale mais assim, dado que alterações permutativas não se podem fazer constantemente. Tem de haver regras e a regra até hoje tem sido que em todas as reuniões do Executivo há sempre alterações permutativas, tendo sempre como objetivo o reforço nas rubricas "Aquisição de bens" e "Despesas para pessoal". Conforme a certidão emanada do Executivo, "tem por objetivo a integração do saldo da gerência do exercício de 2021, no valor de 87.257,82€", tinham de dar nota desta situação, mas não só por isto foi a 1.ª alteração. Na página seis diz "o orçamento das despesas do Município de S. João da Pesqueira após a primeira Alteração Orçamental modificativa é a seguinte: - Dotações corrigidas (3) – Aquisições de bens. No PPI foram orçamentados 844.255,00 e passa para 1.443.993,96€ mais o reforço de 87.257,82€ de saldo de gerência do ano de 2021 dá um total de 1.531.251,78€.

Outros bens no PPI foram orçamentados 150.000,00€ passa logo para 677.561,96€.

Nas alterações orçamentais – inscrições e reforços (4) aparecem novamente o saldo de 87.257,82€ que já tinha sido colocado na rubrica Aquisição de bens".

Entendo que tanta alteração permutativa ou modificativa só serve para desvirtuar o Orçamento inicial."

Não entende como um saldo de oitenta e sete mil é passado em duas rubricas ao mesmo tempo, esta alteração só serve para desvirtuar o orçamento em si, depois é uma confusão olhar para o orçamento inicial e em seguida para o orçamento corrigido. Acha extemporânea esta revisão.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para que pudesse responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que se sobrou dinheiro do ano passado tem que ser integrado no ano de 2022. Em outubro, quando fizeram o orçamento de 2021 ainda não sabia que ia sobrar oitenta e sete mil euros. Não é cedo nem é tarde é obrigatório ser integrado agora, as contas também são apresentadas agora, logo este saldo tem que ser integrado neste orçamento e dizer em que rubricas será afeto.

A Senhora Lourdes Marinho interveio novamente dizendo que o dinheiro que sobrou tinha que passar para este ano, mas as contas acabam no dia 31 de dezembro. O que pediu foi que lhe explicassem o porquê de o saldo aparecer duas vezes. Aparece na rubrica 16.0.1 saldo orçamental de oitenta e sete mil e aparece noutro lado mais oitenta e sete mil. O saldo aparece em "aquisição de serviços" e em "outros bens" outra vez oitenta e sete mil.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o saldo de oitenta e sete mil euros é só um, a rubrica é a mesma.

Não havendo mais inscrições foi colocado à votação da Assembleia o terceiro ponto, tendo a proposta sido aprovada por maioria com voto contra da Senhora Lourdes Marinho.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação da proposta de desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal, sito no Loteamento do Torrão.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu o ponto, passando de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse fazer um resumo do mesmo. O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta desafetação veio em sequência de um pedido, feito pela Senhora Carla Pêgo, de aquisição de uma parcela de terreno que neste momento é pública. Fica situada no Largo do Torrão, o ultimo lote onde vai ser construída uma habitação. Aquele espaço não serve para nada e só nos pode dar despesa, ele concorda que se desafete.

De seguida abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o quarto ponto da ordem do dia. Não havendo inscrições, foi a proposta colocada à votação da Assembleia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais – comparticipação financeira à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que, à semelhança do que tem sido hábito com outras IPSS's do concelho, o município tem participado 34% dos investimentos considerados de interesse concelhio, sendo que, no caso presente, estão em causa três investimentos a realizar pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São João da Pesqueira. Mais informou que, um dos investimentos consiste na Conservação e Restauro do Recheio Artístico e Órgão da Igreja da Misericórdia de S. João da Pesqueira. Um segundo investimento tem que ver com a Reabilitação do Edifício com a denominação de "Solar dos Távoras", sito na Praça da República. Por fim, pretende também requalificar a Capela adjacente ao referido edifício. Referiu, ainda, que o valor estimado dos três investimentos ronda os 755.947,22 euros, sendo de deduzir, para efeito da aplicação do apoio do município, a comparticipação de outras entidades, em concreto o apoio do Fundo Rainha D. Leonor que ascende a 254.139,94 euros e o apoio a receber no âmbito de uma candidatura ao FEDER no valor de 125.169,34 euros, bem como o IVA dedutível que será recuperado pela entidade, esperando-se, assim, uma comparticipação total do município no valor de 144.188,51 euros, a ser paga, mensalmente, ao longo de 15 anos. De seguida abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o quinto ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito a Senhora Lourdes Marinho. A Senhora Lourdes Marinho disse: "É curioso o documento, pois querem logo um protocolo, não para uma obra, (como tem sido apanágio da ajuda da Câmara com Ipss's na comparticipação de 34% em investimentos de interesse concelhio) mas logo para três obras, enquanto que as freguesias têm-se pautado por pedir para uma obra.

- 1- Candidatura para Conservação e Restauro do Recheio Artístico e Órgão da Igreja da Misericórdia de S. João da Pesqueira. O valor do investimento total ascende a 162.446,10€, tem a comparticipação de 125.169,34€ do FEDER, ficando a faltar 37.176,76€. A Misericórdia não pode suportar este valor? Pretendem que a Câmara participe com 12.674,10€, mas o valor de 34% se aprovação é de 10.316,0984€;
- 2- A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia também pretende reabilitar o Edifício "Solar dos Távoras, para a criação de um Centro Pedagógico e Terapêutico do Douro. O investimento previsto é de 413.304,00€ mais o Iva 47.529,96€ dá um total de 460.833,96€, a comparticipação do FEDER é de 254.139,94€ faltam 206.694,02€, aplicados os 34% da Câmara iria contribuir com 70.2575,9668 e não 86.407,58€;
- 3- Mas a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia também quer requalificar a Capela Adjacente ao edifício, investimento com Iva 132.667,16€ não existe nenhuma candidatura a qualquer fundo por isso está a contar com os 34% da Câmara que ascenderá a 45.106,83€. Ora a Autarquia para um só edifício (embora só com uma valência de carácter social mais amplo o Projeto "Sentir Douro") não está a colaborar com 34% como para as outras freguesias, mas sim com 102%. A ser aceite este protocolo a comparticipação é de 125.698,898€. Acho arriscado, a obra tem de ser concluída em três anos. As Ipss's têm outras ajudas, inclusive da Segurança Social. Podem vir a comprometer-se possíveis

investimentos noutras freguesias e comprometer-se também a saúde financeira do Município. O facto de dizerem no documento que nas GOP's para 2022 foi aprovado pela Assembleia Municipal a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, não estão em lado algum esclarecidas estas obras, isso é muito vago. O termo de aceitação pela Norte 2020 já foi aceite em 28-10-2021 (Igreja) e tinham o prazo máximo de 180 dias para início das obras.

A candidatura ao Fundo Rainha D. Leonor (edifício) – Projeto "Sentir Douro", tem à partida uma fonte de rendimento, o pagamento dos serviços discriminado no plano de negócios anexo à candidatura."

O Senhor Presidente da Câmara reiterou a informação explicando que o apoio a conceder à IPSS seria igual ao que já havia sido concedido pela Assembleia Municipal anteriormente a outras IPSS, ou seja, a comparticipação em 34% dos investimentos previstos e considerados de interesse concelhio, tratando todas as IPSS exatamente da mesma forma.

Não havendo mais inscrições, foi colocado à votação da Assembleia o quinto ponto, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação do Projeto de Regulamento Municipal de Apoio à Natalidade e Adoção.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a diminuição da natalidade nos concelhos do interior do país, associada ao envelhecimento da população e à emigração, é uma das principais problemáticas com que se debatem os concelhos do Interior do país, não sendo São João da Pesqueira exceção. Neste contexto, reconhecendo-se que a atribuição de um apoio financeiro específico, para além de outras iniciativas levadas a cabo pelo Município, é uma das estratégias de estímulo à natalidade e adoção, visa-se com o presente regulamento, implementar um apoio municipal que atenuar os custos associados à parentalidade promovendo, em simultâneo, o apoio ao comércio local.

De seguida abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o sexto ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito a Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho interveio dizendo que "é um começo, o mais fácil está remetido em verbas quando do nascimento dos filhos, mas outros incentivos à fixação dos casais onde estão? Cheque prenda de 50€ e prémio de natalidade. Como preveem apoiar durante os cinco anos que têm de fixação ao concelho? Ofertas de trabalho? Condições de habitabilidade? Incentivo à captação de investimentos? Está visto que a promoção do território como destino turístico de excelência, tem dado poucos postos de trabalho sazonais unicamente. Como potência agrícola do Douro, também não, continuam a vir de longe e ninguém se fixa."

De seguida o Senhor Presidente do Executivo referiu que os apoios concedidos às pessoas e comércio do concelho, aliadas às políticas de acompanhamento e fixação de empresas, inclusivamente nos apoios financeiros à constituição de novas empresas que signifiquem novos postos de trabalho, aos benefícios fiscais e de isenções concedidos, não têm paralelo noutros concelhos da nossa dimensão, e os resultados estão à vista de todos. Este apoio é, assim, além de outros, uma das estratégias de estímulo à natalidade e adoção, visando ajudar as famílias e atenuar os custos associados à parentalidade, promovendo-se ao mesmo tempo um grande apoio ao comércio local.

Não havendo mais inscrições foi colocado à votação da Assembleia o sexto ponto, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

Ponto 7 - Eleição de um representante de uma IPSS do concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse fazer um resumo deste ponto.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que tinham de eleger alguém para integrar o Conselho Municipal da Educação tendo que ser alguém que integrasse uma IPSS. Para permitir a apresentação de nomes para eleição, foi realizado um intervalo de cinco minutos.

Concluído o intervalo e realizada nova chamada verificou-se não haver ausências dos membros da Assembleia.

Foram apresentadas na Mesa duas propostas, uma da bancada do PNT e outra da bancada da coligação PSD/CDS, ambas com a designação da Dra. Elsa Matias, para representante de uma IPSS, que constitui a Lista A.

Procedeu-se, de seguida, à referida eleição, com votação por escrutínio secreto, tendo o Senhor Presidente da Assembleia chamado um membro de cada bancada, para se proceder à contagem dos votos.

Concluída a contagem obteve-se o seguinte resultado: Lista A - 26 votos a favor.

Foi assim eleita a Senhora Dra. Elsa Matias como representante de uma IPSS para integrar o Conselho Municipal de Educação.

Ponto 8 - Análise, discussão e votação da proposta de participação na Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse fazer um resumo deste ponto.

O Senhor Presidente da Câmara informou que já há bastante tempo que tem vindo a ser abordado pela Direção da Associação de Municípios Portugueses do Vinho para que o Município de S. João da Pesqueira se torne associado da mesma. Referiu que, inicialmente, tendo em consideração que o município já participa numa série de associações, foi adiando a decisão no sentido de perceber melhor o trabalho desenvolvido pela mesma e não ter custos com o pagamento de quotas de participação em associações cuja atividade não se traduzisse numa real mais valia para o município. No entanto, face ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Associação e face aos projetos e atividades que a mesma quer implementar, entende que será muito pertinente que o município de S. João da Pesqueira possa ser associado, inclusive porque S. João da Pesqueira é o concelho que mais vinho produz na Região Demarcada do Douro, fazendo sentido que tire proveito dos projetos e atividades desenvolvidos pela associação e pela vantagem decorrente do trabalho em rede, quer com outros municípios nacionais, quer com municípios internacionais.

De seguida abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendam intervir sobre o último ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito a Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho disse: "quanto à participação nesta associação tem algumas dúvidas. A joia é de 500,00 euros a quota anual é de 1000,00 euros. Manifesta dúvidas quanto aos estatutos nos artigos 26.º e 32.º. No artigo 26.º diz "Em cada ano, os municípios associados contribuirão para o orçamento da Associação na parte não coberta pelas suas receitas...", no artigo 32.º "Os municípios são subsidiariamente responsáveis pelo pagamento das dívidas contraídas pela Associação, na proporção da respetiva capacidade de endividamento". Se nos depararmos com uma gestão ruínosa, pois esta gente tem-se dedicado mais à cortiça e ao azeite, têm-se fixado mais na Beira Baixa Ribatejo por ali, tanto é que a sede deles começou no Cartaxo e agora é em Torres Vedras. Fazem muito bem entrar na associação pois dá-nos visibilidade, mas também o Município tem que ter voz. Na sua opinião, e com estes dois artigos é um bocadinho arriscado, pois se há uma má gerência e dívidas estas são

pagas por todos. O Douro tem potencial e já deviam ter uma associação só nossa, não é andarmos à volta das outras. Os Municípios proveitosos como é o caso do nosso havendo más gerências os outros é que têm se suprir as falhas? O Plano de atividades e orçamento é auspicioso, mas muitas saídas e representações, tanto na vertente internacional, como nacional, muitos eventos, a nível de promoção gera muito efeito no Ribatejo, Estremadura, Beira Baixa e Alto Alentejo. Outras ações já têm vindo a ser realizadas há muito no nosso concelho e representações em feiras também e espera-se muito mais com esta dimensão da Associação." Têm que diversificar as reuniões e percorrer as cidades mais importantes dos Municípios que estão associados, o que nós precisamos é de ganhar dividendos e fomentar a economia.

O Senhor Presidente do Executivo disse entender benéfico para o município de S. João da Pesqueira associar-se a esta associação de municípios do vinho, quer porque o concelho de S. João da Pesqueira se destaca exatamente por ser o concelho do douro que mais vinho do Porto produz na Região Demarcada do Douro, quer pelo trabalho, projetos e atividades que a associação tem desenvolvido, que se enquadram nos objetivos que temos para o nosso concelho, constituindo assim uma vantagem trabalhar em rede com outros municípios, nacionais e internacionais.

Não havendo mais inscrições foi colocado à votação da Assembleia o oitavo ponto, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 a fim de terem eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

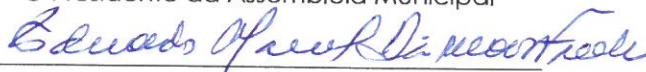
ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezasseis horas e cinquenta minutos, agradecendo a presença de todos e desejando que venha a ser rapidamente alcançada a desejada paz para o bem de todos.

Relembrou que quem necessitar de justificação de falta deve dirigir-se à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a presente ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por unanimidade irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



O 1.º Secretário

O 2.º Secretário

